

O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza

Milton Santos

Nota introdutória

Em outubro de 1995, aconteceu em São Paulo o seminário internacional “O Futuro das Megacidades”, promovido pela Companhia Souza Cruz, integrando a linha institucional do projeto Desafios Brasileiros. O seminário contou com a presença de pesquisadores e gestores urbanos nacionais e internacionais e foi organizado em sessões de debates que trataram de dualidades: poder e pobreza, prover e operar, geoeconomia e geopolítica. A síntese de seus resultados, ou a “Carta de São Paulo”, foi encaminhada como contribuição às atividades preparatórias à II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Habitat II, realizada em 1996.

O professor Milton Santos foi o palestrante principal da sessão de debates sobre a dualidade entre poder e pobreza, além de ter debatido nas demais sessões. As transcrições dessa participação permaneceram inéditas. Considerando a importância de cada fala, de cada linha escrita, de cada posicionamento de autoria do professor Milton Santos, recebidos como preciosidades quando tornados públicos, os *Cadernos Metrôpoles* têm o privilégio de resgatar e divulgar a palestra e os debates dessa sessão. Nesse resgate, foram mantidas na íntegra as falas do professor Milton Santos, conforme as transcrições, e sintetizadas as participações dos debatedores.

A palestra e a sessão de debates

Professor Milton Santos

A primeira coisa que vou tentar (não sei se vou conseguir) é definir a pobreza, já que essa palavra é usada de maneira muito extensiva, como se o mundo não houvesse mudado. Ora, desde que a Segunda Guerra terminou, refiro-me sobretudo aos países de Terceiro Mundo, nós tivemos pelo menos três tipos de pobreza diferentes e três definições de pobreza.

Primeiro era uma pobreza acidental, residual. Frequentemente estacional, inters-ticial, uma pobreza sem vasos comunicantes. Uma pobreza vista como desadaptação aos processos de mudanças ou inadaptação entre condições naturais e condições sociais. Nem a cidade, nem o território, nem a própria sociedade urbana então eram movidos exclusiva ou majoritariamente por *driving forces*, compreendidos pelo processo de racionalização.

Não vou dizer que vivíamos numa economia natural, mas o artificial era de alguma maneira comandado pelo natural, o que tem repercussões diferentes do oposto – repercussões do ponto de vista econômico, social e cultural. E a solução dos problemas era privada, local, frequentemente assistencialista; a pobreza sendo considerada como um acidente natural ou um acidente social. Mas então podíamos falar dos pobres incluídos, porque havia uma preocupação moral em relação a eles.

Depois vem uma outra fase, que coincide com a transição entre esse primeiro momento e o atual, fase em que o Terceiro

Mundo buscava equivocadamente imitar o Primeiro Mundo. E a pobreza aparece como a doença da civilização, produzida, dizem alguns, com o processo econômico; dizem outros, pelo processo econômico, no qual, ao que havia até então, se agregam o componente consumo, o componente circulação, o componente informação, que não eram presentes na fase anterior, e se estabelece uma pobreza relativa. Relativa em relação ao desejável, assim como em relação a outros. E aí começa a grande “farrá” dos índices de pobreza. As pessoas incumbidas de estudar a pobreza se deleitavam com a apresentação de índices. Os mais bem-aventurados corriam o mundo catando índices de pobreza para exibir, para sua promoção nas suas Faculdades.

Nesse período, que é o segundo da nossa periodização, os governos se preocupavam ainda com a pobreza, porque era feio ter pobres. Quantos de nós escondíamos dos visitantes as favelas e os sinais de pobreza? E as sociedades nacionais? Quando eu falo em sociedades nacionais – e esta é uma palavra usada de maneira abusiva com frequência –, nas lideranças políticas, econômicas e intelectuais, no papel dos intelectuais – e eu vou insistir nisto –, refiro-me a algo muito importante quando se discute a questão da pobreza, pois eles estão implicados nessa busca de soluções, que nessa fase eram então vistas como soluções de Estado.

Talvez vocês se lembrem de Josué de Castro, grande pernambucano, que descobriu ao mesmo tempo a fome e o consumo. Foi o primeiro especialista, evidentemente que tinha que ser um geógrafo, a descobrir essa noção que iria revolucionar o entendimento do processo histórico na metade do século XX.

A fome era localizada. Não era essa fome generalizada que há hoje. E os pobres começaram a ser chamados de marginais. Eles não eram incluídos, eles não eram excluídos. Havia uma vergonha de se ter pobres, e os especialistas os chamavam de marginais, com o protesto de alguns, que por isso mesmo não eram escutados – porque aí começa o momento em que, para ser escutado, o intelectual tem que estar de acordo com quem manda, de uma forma ou de outra.

Aí nós chegamos à fase atual, que é a da pobreza estrutural-globalizada. Fase na qual há uma produção globalizada da pobreza. Uma produção científica da pobreza, com ajuda desses chamados intelectuais.

De modo que a pobreza passa a ser vista como também um resultado de um sistema de ação deliberado. Para retomar Weber, interpretado por Habermas e também por muita gente mais, uma produção voluntária da pobreza é uma decisão de criar a pobreza, resultado de um fenômeno que é novo e para o qual não se tem chamado suficientemente a atenção. É a primeira vez na História da humanidade que a divisão do trabalho é administrada. Nos fios históricos anteriores, a divisão do trabalho existia, mas como resultado do livre “jogo do mercado”. Agora não. Agora a divisão do trabalho é administrada, produzida cientificamente, imposta através dos meios de difusão do conhecimento e das idéias e aceita de maneira praticamente autoritária, numa fase em que tanto se fala em democracia como solução única para todos os povos.

Isso cria uma pobreza pervasiva, generalizada, permanente, global. E é isso que nos interessa hoje. Essa pobreza atual é resultado de um planejamento centralizado; da convergência de causas em diversos

níveis. São vasos comunicantes que temos diante de nós hoje. E a pobreza é vista como algo racional. Quantas vezes ouvimos no rádio ou na televisão e lemos nos jornais, os nossos homens públicos, com apoio de tantos economistas – inclusive daqueles que são inteligentes, porque existem alguns inteligentes –, explicando a racionalidade da pobreza para legitimá-la.

A pobreza atual é o resultado necessário do presente processo da chamada globalização, porque globalização todavia não existe. Não existe senão como fábula e como perversidade. Voltaremos a isto.

A pobreza é vista como algo racional, no máximo vista como pobreza inerente às dores do parto de um mundo prometido e que não chega nunca. A pobreza é considerada – como é nos nossos tempos e, desgraçadamente, também na academia – como fenômeno natural, não importa o discurso. Atenção, o discurso da academia tem que ser lido e relido hoje. Porque uma coisa é o discurso, outra coisa são as premissas conceituais que eles estabelecem. Não devemos nos equivocar com discursos que parecem generosos, mas que na realidade são cheios da pior perversidade, isto é, que, no fim, excluem o seu uso, a sua utilização quando dos estudos empíricos, por conseguinte, quando da possibilidade de aplicação prática.

Ora, essa naturalização da pobreza que estamos assistindo hoje, ela é politicamente produzida pelo governo global, porque há um governo global. Não podemos esconder essa realidade. E há a colaboração consciente de governos nacionais e há a colaboração dos intelectuais contratados para legitimar essa naturalização.

E agora chegamos à fase da História na qual os pobres já não são incluídos, já não

são marginais, eles são excluídos e, todavia, não nos preocupamos suficientemente com eles, porque a pobreza é natural. É o resultado de uma racionalidade que preside à construção desse cachorro que busca morder a sua cauda, que é o mercado global. Algo que se justifica a si próprio, cuja motivação é ele próprio, cuja finalidade não existe. Perguntem desse governo global, dos seus representantes nos governos nacionais. O que é o mercado global? Não saberão defini-lo ou não poderão defini-lo, o que vem dar no mesmo quando não se quer estabelecer um diálogo.

Ora, assim como o território de cada país é hoje o território nacional da economia internacional, a pobreza hoje é a pobreza nacional da ordem internacional. Houve uma pergunta aqui que abriu o debate: a relação entre uma política neoliberal, no plano nacional, e a possibilidade de uma política social, no plano municipal. E aqui, atenção, porque a palavra política pública aparece agora na boca de centenas dos chamados *experts*. Isso não é política social. Uma coisa é política social, outra coisa é política pública. Política pública são fragmentações, apresentação de pedacinhos de soluções que fazem efeito diante das câmaras e que dão a impressão de que quem recebe os resultados dessa coisa está sendo atendido. Mas essas fragmentações são exatamente para escapar à política social, que se entende no bojo de uma política, isto é, de um projeto de nação.

Ora, o que acontece é que raro é o país hoje que tem um projeto de nação, que pressupõe um elenco coerente com as demais políticas. Não há mais possibilidade de apresentar esse projeto, e eu sei que se diz que não vale a pena. Não vale a pena

porque o mundo se globalizou, há as redes, há todo um discurso semi-alfabetizado, mas com muito sucesso, que fala em rede, que fala em tecnologias, que enche a boca com as novidades tecnológicas para evitar exatamente o discurso, o discurso competente.

Todo esse discurso em que se baseia a globalização, tal como hoje ela se dá, como uma fatalidade, vem como se jamais o mundo soubesse o que fazer com as técnicas. Não faz parte da história do mundo, não faz parte da história das técnicas saber o que se pode fazer delas. As técnicas somente o são enquanto sociotécnicas, isto é, não há técnicas que comandem sozinhas o processo. Então, o fundamental, e talvez cheguemos até lá, é vermos como essas chamadas tecnologias do presente estão construindo um mundo de excluídos, que comporta desde as pessoas até as empresas excluídas, as instituições excluídas. E que produzem, como jamais, milhões de pobres tranqüilamente. Há que se insistir nisso: que parece como uma fatalidade, como se se estivesse voltando àquela teoria que foi vigente nos anos 60, 70, do *technological fics*, discutida até então, e agora não se fala mais nessa palavra. Mas o que nós estamos assistindo é exatamente um regresso vergonhoso, por isso silencioso, a essa ótica do *technological fics*, que deliciava os cientistas em suas Faculdades e os seus debates destinados às suas promoções. Mas, ao mesmo tempo, essa globalização, tal como se dá hoje, ela consagra a morte da esperança, a morte da generosidade. A partir do momento em que o ponto de partida é fechado, esse *technological fics*.

Por exemplo, a palavra flexibilização, pode haver uma pior chantagem semântica? Onde é que está a flexibilização? Nunca o mundo foi tão pouco flexível; tão

rigidamente comandado na sua atividade econômica e política. Fala-se em desregulação, mas essa desregulação é produzida por normas. Então as palavras têm que ser utilizadas com extremo cuidado, e a leitura dos autores tem que ser feita com cuidado ainda maior.

A ignorância é fundamental. O mundo de hoje cria, cada dia, novos ignorantes e essa é que é a beleza do mundo de hoje. Porque é essa ignorância, bendita, que permite a vontade de descobrir. Como na cidade, o que é bendito hoje é ter pobres, porque só os pobres podem descobrir. Os pobres, os migrantes. Os ricos e os bem-dotados, cevados no seu conforto, acostumados às idéias que mantêm esse conforto, não podem pensar, porque pensar é mudar.

Mas voltemos ao nosso esquema. Tudo isso conduz ao reino da necessidade, então não tem jeito. Entre as coisas sobre as quais a gente também tem que tomar cuidado, falando da tal cidade e da pobreza na cidade, está a questão da cidade global. Que história é essa?

Cidade global – a questão da cidade global comporta duas visões: a visão dos que querem que todas fiquem globais, quer dizer, que se preparem as cidades para que elas atendam aos reclamos de algumas empresas (quanto menor o número, melhor) e de alguns atores (quanto menos numerosos, melhor); a outra visão vai ver que não há cidade global que não seja cidade nacional e local, sobretudo no Terceiro Mundo. Porque só as cidades nacionais, já antes nacionais, puderam se tornar cidades globais. Só as cidades antes industriais puderam se tornar cidades de serviços, que é o caso de São Paulo. De tal maneira que continuar falando impunemente em metrópole global é

pouco. Eu creio que a gente pode usar a palavra, com todo cuidado, isto é, a metrópole global, aquela que participa diretamente ou como “relé” na produção dos fluxos, que tenha uma visão global e que, por conseguinte, participe da produção do mercado global, etc.

Mas, se eu não considerar a questão nacional e a questão local, eu não vou mais além de ser aquele que estuda a cidade para entregar a um número limitado de atores. Ora, o encantamento atual com as técnicas de ponta! É até feio dizer que não se sabe usar (como é que chama essa coisa?) o correio eletrônico, que enche as faculdades do lixo bibliográfico, porque uma das grandes utilizações do correio eletrônico é trazer aquelas montanhas de bibliografias inutilizáveis, às vezes totalmente inúteis.

E a negligência com o fator territorial?

Eu esqueci de dizer que eu sou um geógrafo, por conseguinte, eu me preocupo com território. E acredito que nesta fase atual da vida no mundo, o território passou a ser algo extraordinariamente fundamental, exatamente por isso, porque as ações dos homens se tornaram extremamente necessitadas de uma intencionalidade precisa. Quanto mais precisa a intencionalidade, a intenção e a possibilidade de transformar a intenção em fato, tanto maior a produtividade. Mas, para isso, é preciso que os lugares sejam dotados dos objetos suscetíveis de atribuir a essa intenção a factibilidade que promove a rentabilidade, a produtividade, a competitividade – esse conjunto de palavras que é pronunciado mesmo diante da nossa senhora mãe, e que devia ser proibido.

Ora, esse fator territorial, o fato de ele ser negligenciado, nos conduz exatamente

ao oposto do que a gente queria fazer. Como é que eu trato a cidade sem considerar que aquilo é um território? Uma boa parte dos enfoques da pobreza urbana simplesmente negligencia o território, quando o território é certamente um dos elementos fundamentais do entendimento da pobreza e do entendimento da economia urbana. O que é, qual é o produto metropolitano da globalização? Esse produto é o que eu chamaria “involução metropolitana”. A involução metropolitana é um fenômeno paralelo à globalização, é uma filha da globalização. Não se trata da involução urbana de que falaram os nossos colegas McGee e Armstrong, nos anos 60. Não se trata de ruralização da cidade, porque não é mais questão de rurais na cidade, como se falava há trinta anos atrás.

O que se dá hoje com a produção do que estou chamando de “meio técnico, científico e informacional” é a ocupação periférica do território, as possibilidades novas de instalação de uma fazenda moderna dispersa, de uma indústria dispersa, da fábrica dispersa; e a chamada desindustrialização, isto é, as indústrias que deixam a cidade porque a cidade é materialmente velha. Nesse período, as cidades envelhecem muito mais depressa, exatamente porque a tecnologia não se cansa de criar novas soluções. E no mundo da competitividade, a morte social das formas materiais e sociais se precipita com uma velocidade nunca alcançada; isto é, as cidades se tornam envelhecidas com muita rapidez, a tal ponto que se pode dizer que hoje o terreno de eleição para difusão do grande capital não é a cidade, é o campo. O campo, por conseguinte, torna-se o lugar da racionalidade. E as cidades não aceitam completamente a racionalidade.

Essa é a chave, creio, da discussão da pobreza. Por quê? Porque a cidade é de onde, de um lado, as indústrias fogem (e fogem porque podem se instalar em outra parte, conduzindo os empregos), de outro lado, as cidades reciam a sua economia e se tornam mais fortes, como é o caso de São Paulo. A partir do fato de ser uma metrópole informacional, mas que concentra os empregos diretos, em um número reduzido de pessoas, abre-se um vasto campo para uma enorme quantidade de emprego que se situa exatamente nas partes envelhecidas das cidades. Se a cidade fosse toda ela nova, não haveria lugar para os pobres. Só há porque ela se tornou envelhecida e, por conseguinte, não utilizável pelas atividades hegemônicas. São as atividades não-hegemônicas ou hegemônicas que vão se instalar nessa parte velha, ou melhor, envelhecida. Não digo velha, mas envelhecida.

Se bem que esse envelhecimento é moral. Se bem que ele depende da política, não da técnica. O que envelhece a cidade não é a técnica, é a política, isto é, a maneira como a cidade é utilizada. E essa utilização da cidade não depende apenas da globalização, porque a globalização só entra nos países pela mão dos governos nacionais. Nunca o Estado foi tão necessário para realizar a divisão internacional do trabalho como hoje, porque os vetores fundamentais da globalização não têm forma de se exercer plenamente, exceto pela informação e se o Estado lhe abre as portas – através de acordos freqüentemente espúrios, realizados fora do país, mas que têm repercussões dentro do país, entre elas a produção da pobreza. Isso também é válido para o Primeiro Mundo.

Todos os tipos de capital podem se instalar na cidade. Todos os tipos de trabalho

também se instalam na cidade. E é por isso que a cidade resiste à globalização. O campo não pode resistir. A cidade não tem outra forma, não tem outro remédio, se não o de resistir à globalização. E aí vale a pena até agradecer aos generais, que governaram, porque a produção de pobres que eles começaram tornou-se um dado fundamental dessa descoberta possível do futuro na cidade, isto é, a presença de imigrantes.

O imigrante não tem hábitos, ele traz hábitos que não se adaptam à realidade. Ele é obrigado a pensar, e nós outros que somos velhos moradores urbanos estamos acostumados à cidade; por conseguinte, o nosso pensamento sobre ela é freqüentemente pobre.

Não sei se o IBGE já decidiu suprimir aquela classificação, curiosíssima, dos imigrantes que tinham mais de dez anos, dos imigrantes que tinham menos de dez anos, como se fossem estúpidos. Porque imigrante era estúpido... Não! O imigrante, o pobre, é que descobre a cidade, porque ele é obrigado a conviver com ela segundo normas que estabelecem todos os dias. Enquanto que nós outros, das classes médias, das classes abastadas, estabelecemos normas permanentes, que começam inclusive na maneira como nossos bairros são organizados.

Então, o que eu queria dizer é: se, de um lado, nós temos esse autoritarismo da globalização, essa indecisão de governos centrais de instalar uma democracia no país, essa não-aceitação do debate, que é próprio do homem político, de um país onde é muito rala a vontade de produzir um projeto nacional, a sorte é que haja pobres. Sorte nossa, de todos nós. Num mundo onde a informação pode se tornar comunicação: a comunicação vem de baixo pra cima,

a informação é que vem de cima pra baixo. A informação, ela transporta os vetores da racionalidade, do pragmatismo, ela exclui a emoção e, por conseguinte, ela retarda a produção das idéias; enquanto que a comunicação resulta das temporalidades diversas, múltiplas, que marcam a existência de cada um de nós. Quanto mais diversas as temporalidades práticas dos indivíduos, quanto mais diferentes eles forem, tanto maior a riqueza da produção de idéias sobre a vida num lugar.

Ora, e aí há uma enorme vantagem para a cidade de Terceiro Mundo em relação à cidade de Primeiro Mundo. Por várias razões. Uma dessas razões é que as distâncias entre as pessoas é muito maior, em toda natureza, a distância econômica e, sobretudo, a distância cultural, que vem da impossibilidade de ser moderno. Essa impossibilidade de ser moderno constitui um trunfo na produção do desconhecimento orientado ao futuro.

Para terminar... (eu não posso mais desenvolver essa idéia porque o meu tempo se esgota), mas eu tenho que dizer uma coisa: é um equívoco querer definir um mundo a partir do princípio da realidade. Esse equívoco, ele sempre existiu, e vou explicar por que. O mundo se define como realidade e possibilidade. Se eu não vejo o mundo como realidade e como possibilidade ao mesmo tempo, eu não estou me libertando do reino da necessidade. O reino da liberdade só é possível quando eu juntar a definição das duas coisas. Isso é muito mais necessário hoje porque chegamos ao primeiro momento da história da civilização técnica no qual as técnicas podem ser outra coisa além de dominadores do homem. No primeiro momento, por enquanto, não são, porque

a organização para a qual elas estão trabalhando não permite. Mas elas estão aí para permitir, para ensejar essa possibilidade, uma libertação do homem.

Um exemplo: a indústria aeronáutica. Na indústria aeronáutica, todos são artesãos. Quer dizer, a relação do homem com a máquina, do piloto com o avião, ou do indivíduo que está na torre de comando, é uma relação direta com a máquina que ele comanda, no momento preciso. Muito diferente do que acontecia no mundo industrial. Só que para realizar, num país de pobres, para tornar factíveis as enormes possibilidades que o mundo oferece, o melhor lugar é a cidade, porque nela todos estão juntos. E o fato de estarem juntos cria um novo patamar, quer dizer, uma transformação quase ideológica do homem urbano, a partir dessas situações de cara a cara, dessa convivialidade forçada, e que é produtora de conflitos, mas que obriga a uma discussão cotidiana a respeito do que é presente e do que é futuro. É a utilização das possibilidades existentes que nós temos que conhecer para poder fazer delas outra coisa, para torná-las factíveis. E antes de torná-las factíveis, é preciso produzir as idéias.

É um equívoco fazer o que se está fazendo hoje. Essa condenação de idéias, que são praticamente proibidas. Há praticamente uma proibição de pensar, neste mundo de hoje. Há um pensamento subordinado, e temos que romper com essa suposta exigência dos que comandam o mundo. Ora, a primeira coisa é pensar, repensar a metrópole, repensá-la a partir do mundo como ele é, do mundo como ele pode ser, como ele poderá ser, como ele será. Há rebeldia da metrópole em aceitar a globalização, e se mostra em 40, 60, 20 mil casos concretos.

Parece-me que é fundamental, se nós queremos construir um sistema de pensamento que seja suscetível de se tornar um sistema de ação.

Eu peço desculpas por já ter passado um minuto do tempo que me foi dado, e fico à disposição para perguntas.

Debates

Nos debates, foram ressaltadas a propriedade da abordagem, a precisão da análise e a validade dos questionamentos quanto à perversidade da globalização. Mais que perguntas, os debatedores firmaram posições, algumas das quais foram respondidas ou criticadas posteriormente pelo palestrante.

Retorna-se, então, a palavra ao palestrante, em seus comentários aos debatedores, buscando resgatar a fala destes, às quais o Professor Milton Santos faz referência.

Professor Milton Santos

Bom, eu peço mais do que dez minutos, porque do contrário não posso responder. Começo dizendo o seguinte: a luz me alumbrou. Essa é a palavra que nós usamos no Nordeste. Eu tenho medo de que tenha também queimado meu cérebro [risos]. Porque eu não entendi certas questões. Nas minhas viagens pela América Latina, só no México pediram para eu traduzir. Tenho a impressão de que o Mário Krieger não entendeu o meu português. E eu tenho medo de não ter entendido seu espanhol. Então, a minha intervenção pode padecer dessa coisa.

Eu não disse em nenhum momento que o Estado era forte. Seria uma estupidez. Eu

não posso ser acusado de tal estupidez. O que eu disse é que ele era necessário. E mostrei por que. E ele é, sobretudo, necessário porque é o produtor da geografia do mundo contemporâneo. Quer dizer, o mercado deixa ao Estado ainda a produção da geografia – o Estado ou o que está por cima do Estado.

No caso, por exemplo, da reorganização territorial da Espanha e de Portugal, em grande medida financiada por um governo supranacional, essa questão da renda média, eu acho que a gente deveria analisar. Se a gente toma como ponto de partida o espaço, o território, com a carga de ciência, tecnologia que é própria do território modernizado, na Argentina, no Brasil, na Venezuela, na Colômbia, no México, para não falar de outros países, a renda média maior não está na grande cidade e não pode estar. Porque as cidades que são criadas a partir da modernização agrícola têm uma demanda de classe média. Se a gente estudar o que se passa nesses países todos, que foi o que eu fiz, a gente vê que há uma atração maior dos pobres pelas grandes cidades, enquanto que as classes médias, letradas, não estão dizendo cultas, vão à cidade média do interior, como exigência da globalização. Exatamente! Eles vêm da globalização, que exige que se gaste mais dinheiro ainda com as universidades. Quando se fala nas elevadas proporções de gastos com a Universidade, faz-se o uso indevido das estatísticas. Porque o que se devia dizer é que no Brasil não se pagam impostos. Então fica muito elevado o percentual de recursos que se destina à Universidade. Mas como é que nós vamos construir um país sem um ente capaz de pensar, de escolher realmente entre circunstâncias cuja apreciação é difícil?

Prazer em revê-lo, Jordi Borja. É muito grato a um professor rever um antigo aluno, sobretudo quando ele chega aos páramos que alcançou, mas, sobretudo, porque ele trouxe um dado fundamental para o nosso debate. Quando falava lá na Sorbone, quando você era aluno, estávamos cansados: vamos introduzir no estudo da cidade outros parâmetros, que não o economicismo. O economicismo leva a dois impasses. O primeiro impasse é o da subserviência ao mandamento técnico. Isto é, a imposição ao reino da necessidade. E o segundo é que o economicismo acaba por dar um sério valor aos números e às séries estatísticas. Ora, eu não sei o que fazer com as séries estatísticas. O que é que eu faço? O que eu faço com as séries estatísticas é enfeitar o meu texto.

Quando eu sugeri três momentos da produção da pobreza, é para mostrar que não se pode comparar um com o outro. Por conseguinte, dizer agora que tem gente menos pobre do que antes, o que é que eu estou dizendo? Nada! Mas estou enfeitando com uma série estatística, que parece legitimar o meu dito, quando na realidade aquele mesmo número tem um valor diferente em cada momento histórico. Esse momento histórico tem que ver com as formas possíveis dessa co-presença, dessa convivialidade, dessa produção do vertical e do horizontal.

Eu acho que é por aí que a gente deveria reexaminar a questão do território. O que é o setor vertical, portador do pragmático, portador do vetor da modernidade, portador da ordem cuja obediência é indispensável; e o horizontal, que é o indivíduo no seu tamanho, na sua grandeza, na sua força, na sua capacidade de futuro, junto com outros, produzindo com isso o que Jordi Borja acaba de falar. Que, sobretudo, é possível,

através de coisas que não tinham o mesmo valor no período histórico anterior, como a imagem, que tem esse poder agregativo. A produção da nova Barcelona é a produção de uma imagem que tem um papel econômico fundamental, como tem sobre as pequenas e grandes cidades, como tem neste período da globalização, e que pode ser explorado do ponto de vista do planejamento. Como vocês fizeram, criando a imagem, evidentemente que não só a imagem, produzindo os objetos técnicos indispensáveis à realização, de um lado, do que é vertical, mas, do outro lado, do que é horizontal, a cultura. Porque, chegando a Barcelona, cada qual sabe quanto vai pagar por aquela distribuição de cultura, que o Jordi Borja ampliou na cidade quando ajudava a dirigi-la.

Eu vou me referir a Cândido Malta. Eu apreciei também as sugestões do meu colega, amigo e companheiro por vários lugares, o Cândido Malta. O tempo é curto, eu vou ser respeitoso da vontade de almoço que parece ser dominante. Só tem um problema que, aliás, me foi causado pelo Dr. Krieger. Olha, os mercados regionais, eles conduzem a aumentar a globalização. Então, eles não são solução para a globalização. Eles são um instrumento. Eles fazem parte do processo. Então temos que ir para outro lugar. Isso é uma coisa. A outra coisa é, quando o Malta fala do aspecto positivo do neoliberalismo, eu vou redarguir perguntando se não é um sistema. É um sistema, é um sistema que funciona. Então eu prefiro trabalhar com um sistema, em vez de trabalhar com a sua manifestação.

E essa resposta é válida para Janice, que parte de premissa filosófica, que é exatamente a que eu não quero utilizar. A pós-modernidade é uma grande palavra, uma vã

palavra. Porque ela leva a um tratamento adjetivo da realidade. Eu prefiro um substantivo, eu quero tratar a pós-modernidade como um período histórico, que eu tenho que ver como um sistema temporal, isto é, onde um certo número de ações, em sistema, podem dar-se sobre um certo número de objetos que também existem em sistema. Tenho que estudar, se eu quero conhecer a totalidade da questão. Se não, eu vou ficar trabalhando com pedacinhos e elogiando os autores desses pedacinhos. Não me interessa isso.

Ora, a dra. Janice não está aqui para ouvir a resposta. Também não vou dar. Eu vou deixar, e ela vai ter que ler os meus livros agora, e está terminado. Muito obrigado!

Palavras finais

Num mundo onde tudo é complexo, cada vez que eu busco simplificar, e decido exprimir pela simplificação, estou falhando no meu dever de explicar o detalhe, dizia Cândido. Não sei se ele disse essa palavra, que eu penso que foi dita também por vários poetas, inclusive Schiller. A partir de minha idade, a gente pode ser um pouquinho pedante. Então, Deus é o detalhe, e sem detalhe o pensamento não é explicitado de maneira a ser eficaz.

A produção e reprodução das metáforas que nós ouvimos, a quantidade de metáforas em todas as reuniões a que vamos são embelezadoras do texto, mas não são instrutivas, não têm eficácia política.

A eficácia política da idéia é o fato de que ela é representativa do real e pode ser utilizada para rever o real, porque o real

não existe, o que existe é a minha idéia, e é a minha idéia que formula o real.

Reuniões como esta me ensinam que a grande virtude do intelectual é saber estar só. É a única coisa que nos cabe. Pouco importa o aplauso, aliás, o aplauso é frequentemente perigoso. Ficar só é a forma de ganhar a força, de se manter íntegro e de multiplicar o esforço para entender.

Sei que a mídia pode ser interessante, porque o alimento do homem de faculdade – não estou falando do intelectual – é a citação, é a reprodução do que ele escreve ou diz. Mas esse *warning* é indispensável. E é por isso que o intelectual também não assina manifestos. O intelectual tem a sua

idéia, ele não vai fazer acordo para assinar manifestos. Ele tem que ficar sozinho mesmo, que é a minha posição irrecorrível.

Dito isso, eu só posso agradecer por ter estado aqui. Porque ouvi tanta coisa interessante, tantas experiências ilustres, aprendi tanto, e creio ter aprendido a escrever, embora não o tenha feito ainda. Prometo fazê-lo, que é o meu dever. A nação já gastou muito para me formar, então eu penso que o pagamento dessa dívida só pode ser feito assim. E agradeço aos que organizaram esta reunião, porque permitiram o cotejo de idéias tão interessantes e que podem ser férteis, e é o que eu sinceramente desejo que elas sejam.